

leira. As teses e dissertações enfocam o aluno, jovem trabalhador, seu ingresso no ensino superior noturno, a expansão da oferta, a evasão nos cursos, as trajetórias escolares e as escolhas profissionais do estudante. Carrano expõe, na apreensão dos trabalhos, a hipertrofia da categoria juventude, quando muito apreendendo o jovem a uma provisória identidade estudantil. Os trabalhos privilegiam, em sua maioria, o estudo das situações presentes num quadro de democratização da universidade, enfatizando o estudante das camadas populares e camadas médias emergentes.

Tomando como foco o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos anos de 1990, e os trabalhos voltados para o exame dos jovens *outsiders*, ou seja, aqueles que vivem em extrema condição de pobreza e acirrados processos de exclusão, Ana Paula de Oliveira Corti (mestranda da UFSCar) produz o artigo “Adolescentes em processo de exclusão social”. Segundo a autora, o interesse dos pesquisadores que desenvolveram teses e dissertações passam a centrar-se, então, na faixa etária anterior à maioridade, conforme marca o recorte legislativo, o que traz como novo vocabulário político identificador as denominações “meninos e meninas de rua” e cria outras lacunas na produção do conhecimento.

Em “Jovens e participação política”, Paulo César Rodrigues Carrano (UFF) analisa as teses e dissertações agrupadas na categoria participação política do jovem estudante e da socialização política e cidadania. Destaca-se, nesse campo, a maior tradição dos estudos sociológicos sobre juventude, voltados para os processos de mobilização social e ação política dos jovens.

Por último, Marília Pontes Sposito (USP) e Ana Paula de Oliveira Corti (mestranda da UFSCar) dão relevo aos “Temas emergentes”, dando voz aos poucos estudos sobre a juventude e sua relação com a violência escolar; a

influência da mídia escrita e televisiva sobre a adolescência e, por último, a nova presença dos grupos juvenis e seu papel atuante e mobilizador do ponto de vista cultural.

De fato, como o título da publicação expressa, o estado de conhecimento realiza uma fecunda investigação sobre a juventude e sua interface com os processos de escolarização. O amplo mapeamento dos estudos permite pensar projetivamente e abre novas possibilidades para a compreensão da maneira pela qual os indivíduos constroem sua socialização, como os atores se socializam e se constituem como sujeitos, em função das experiências vividas, ampliando o sentido do educativo. Essa obra, em síntese, constitui-se em fonte de pesquisa e reflexão por parte dos educadores e pesquisadores interessados em desenvolver estudos no campo da juventude e sua relação com a escolarização.

Denise Cordeiro Terra

Professora da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF

Antonio Carlos Xavier e Suzana Cortez (orgs.). *Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, 200p.

A pluralidade viva da lingüística brasileira

A lingüística é um campo de investigação que se firmou como ciência autônoma no início do século XX, e sua “certidão de nascimento” é o livro *Curso de lingüística geral*, publicado em 1916, compilação póstuma dos ensinamentos do suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). As consequên-

cias dessa publicação foram enormes. Com base nas formulações de Saussure, desenvolveu-se uma escola de pensamento, o chamado *estruturalismo*, que se estendeu para fora da lingüística e conquistou adeptos na antropologia, na psicanálise, na psicologia e na filosofia. Desses primórdios até os dias de hoje, a lingüística sofreu inúmeras reformulações epistemológicas, ramificou-se em diversas escolas teóricas e metodológicas, até se tornar a ciência humana com a maior vocação para a interdisciplinaridade – o que se verifica nos próprios nomes das novas áreas de investigação, surgidas dentro do campo maior da lingüística: sociolingüística, psicolingüística, pragmática lingüística, lingüística cognitiva, antropologia lingüística, sociologia da linguagem, lingüística computacional etc. Na psicanálise, o estruturalismo se firmou com a escola fundada por Jacques Lacan (1901-1981), que tirou proveito de forma original e criativa dos postulados saussurianos.

Com isso, a abordagem dos fenômenos da linguagem humana ganhou *status* de atividade científica e se libertou das amarras normativo-prescritivas impostas pela milenar doutrina gramatical tradicional, fundada no mundo grego no século III a.C. e que constituiu, durante dois milênios e meio, o único corpo conceitual disponível para o estudo das línguas. Refletindo a organização social do período histórico em que foi elaborada, a gramática tradicional é essencialmente aristocrática: despreza a língua falada (considerada “caótica” e “corrupta”) e se concentra exclusivamente na língua escrita dos grandes autores do passado, canonizados como “modelos a imitar”. Tudo o que foge desse uso restrito e minoritário da linguagem é lançado na lata de lixo do “erro”; se uma dada palavra ou construção sintática não aparece na obra dos “clássicos” é porque está “errada” ou simplesmente “não existe”.

Apesar da revolução epistemológica provocada pelo surgimento da lingüística moderna, o peso da tradição gramatical é muito grande e até hoje a visão que predomina acerca da língua, no senso comum, é aquela que divide as manifestações lingüísticas em “certas” e “erradas”, atrelando-as, quase sempre, a juízos de valor moral ou, pior, às próprias capacidades cognitivas dos falantes das formas consideradas “erradas”. Quem não consegue falar o português “certo” é “ignorante”, “atrasado”, “primitivo”, e já houve mesmo um gramático brasileiro que atribuiu o suposto problema ao “psiquismo inferior” das classes sociais desprestigiadas.

Com matizes mais ou menos acentuados, essa visão pré-científica da linguagem é veiculada regularmente nos meios de comunicação de massa, sobretudo na imprensa escrita. Ao contrário do que acontece na abordagem de outros fenômenos, em que se recorre à explicação e à opinião de especialistas, quando o assunto é língua o jornalista se julga dispensado dessa consulta e profere seu próprio julgamento acerca do fato abordado. Quando muito, escora seus veredictos na velha doutrina gramatical tradicional.

De tudo isso surge uma situação paradoxal: ao lado de uma ciência lingüística extremamente dinâmica e em constante renovação de seus aparatos teóricos e metodológicos (uma ciência que tem no Brasil centros de investigação de excelência reconhecida internacionalmente), temos uma ideologia lingüística arcaica, impregnada de superstições e, sobretudo, entranhadamente preconceituosa. Basta comparar o que se estampa nos jornais e revistas acerca de física, química, biologia, psicologia etc. com o que ali aparece publicado a respeito de língua, ensino de

língua, variação lingüística etc. No primeiro caso, a ciência de ponta. No segundo, um obscurantismo dogmático.

Quem sabe a publicação do livro *Conversas com lingüistas* ajude a dissipar ao menos um pouco dessa névoa obscurantista que, infelizmente, ainda envolve a sociedade brasileira no que diz respeito aos fatos de língua. Os depoimentos ali recolhidos oferecem um panorama muito atual da diversidade e da dinamicidade da ciência lingüística no país. Os 18 lingüistas entrevistados se filiam às mais diferentes áreas específicas de atuação (fonética e fonologia, análise do discurso, semântica, sintaxe, sociolingüística, lingüística aplicada etc.) e também a distintas escolas teóricas (formalistas, funcionalistas, sociocognitivistas). Os organizadores da obra, Antônio Carlos Xavier e Suzana Cortez, procuraram entrevistar professores-pesquisadores com mais de 20 anos de atuação na área.

Todos os entrevistados responderam as mesmas dez perguntas: Que é língua? Qual a relação entre língua, linguagem e sociedade? Há vínculos necessários entre língua, pensamento e cultura? A linguagem tem sujeito? Que é lingüística? A lingüística é ciência? Para que serve a lingüística? A lingüística tem algum compromisso necessário com a educação? Como a lingüística se insere na pós-modernidade? Quais os desafios para a lingüística no século XXI?

As diferenças (às vezes radicais) entre as respostas dadas mostra a pluralidade de pontos de vista, a saudável multiplicidade de recortes epistemológicos existentes dentro dessa área de conhecimento. Um claro exemplo está nas respostas à primeira pergunta: O que é língua? Aparecem definições de língua como “atividade trabalho”, “meio de comunicação”, “multissistema

governado por um dispositivo sociocognitivo”, “complexa realidade semiótica”, “condensação de todas as experiências históricas de uma dada comunidade”, “produto de um trabalho social e histórico”, “capacidade biológica, inata à espécie humana”, “domínio público de construção simbólica e interativa do mundo”, “fenômeno social por excelência, vinculado a um território e a uma população”, entre outras. Cada uma delas sintetiza o conjunto de filiações teóricas e de posições filosóficas de cada entrevistado.

Vale observar que a multiplicidade de filiações teóricas não corresponde a uma multiplicidade de filiações institucionais. Os 18 entrevistados se distribuem num total de apenas seis universidades, sendo que metade dos lingüistas têm vínculos com a UNICAMP. As outras universidades são a USP (2), a UFPR (2), a UFPE (2), a UFRJ (1) e a UFJF (1). Se é verdade que a UNICAMP representa hoje, no Brasil, o pólo mais ativo da pesquisa lingüística, causa estranheza a ausência de nomes importantes vinculados a outras instituições – como a UNESP, a PUC, a UFRGS, a UFMG, a UFBA, a UnB, entre outras –, onde também se têm desenvolvido uma lingüística teórica e aplicada de alta qualidade. Essas ausências podem ser explicadas pelas vicissitudes inerentes à organização de uma obra coletiva como essa. De todo modo, esperemos que elas sejam compensadas, no futuro, com a publicação de outros volumes que venham a dar seqüência a essa oportuna iniciativa.

Marcos Bagno

Universidade de Brasília,

Instituto de Letras

E-mail: mbagno@terra.com.br